NO ENCALÇO DA LUTA CIDADÃ

Marcos Pereira Rufino

Rubem César Fernandes. *Privado Porém Público – O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Civicus, 1994, 156 pp.

A Civicus (Aliança Mundial para a Participação dos Cidadãos) é umas das primeiras instituições criadas com a finalidade de promover a cidadania ativa e a sociedade civil em escala internacional. Nascida em 1993, ela parte do pressuposto de que a construção de uma sociedade democrática só pode ser viabilizada através da participação ativa dos cidadãos nas múltiplas esferas sociais que lhes dizem respeito. *Privado Porém Público* é uma publicação que representa o universo latino-americano num conjunto de relatórios preocupados em conhecer a realidade do terceiro setor no mundo.

Perguntar-se-ia o leitor, contudo, sobre a idéia contida na expressão "terceiro setor". Segundo Fernandes, ela afasta a tradicional dicotomia entre público e privado – que seriam os dois primeiros setores – e procura ressaltar a importância da tríade. Em outros termos, o terceiro setor é o resultante de uma das quatro combinações possíveis entre o público e o privado, mais especificamente aquela combinação que reúne agentes privados atuando na direção de fins públicos. Tal correlação, lembra o autor, não deixa de ser controversa, e o debate que a revista *Voluntas – International Journal of Voluntary and Non-Profit Organizations* permite observar é uma demonstração disso. Feita a ressalva, vale apresentar o quadro de correlações entre público e privado no contexto da ação dos agentes e dos fins dessa ação.

Agentes		Fins		Setor
privados	→	privados	=	mercado
públicos	→	públicos	=	Estado
privados	→	públicos	=	terceiro setor
públicos	→	privados	=	(corrupção)

Para além das controvérsias em torno de tais correlações, há uma proposição que as ultrapassam e, segundo o autor, deve ser fixado: "o conceito [de terceiro setor] implica uma *expansão* da idéia corrente sobre a esfera 'pública'". Por trás dessa proposição surge a compreensão de que essa esfera não se limita ao Estado, mas alcança também a *atividade cidadã*.

Todo o argumento principal de *Privado Porém Público* assenta-se na idéia de que há um sentido inteligível em se falar, hoje, em cidadania planetária. Neste momento, o terceiro setor é colocado diante de um mundo onde Estados e iniciativa privada já conhecem um padrão de atuação internacional. Frente a essa situação, cabe a atividade cidadã um redimensionamento consciente de seu campo de ação.

> Se as empresas acostumaram-se com as escalas multinacionais, se os governos gestam mecanismos de negociação e sanção globais, urge internacionalizar os instrumentos de participação cidadã, pois sem a cidadania, nos tempos modernos, não há limites para o arbítrio. (16)

Apesar da "participação cidadã" não ser um tema recente, o atual momento conhece uma expansão sem precedentes em torno desse debate. Ganhando um forte impulso nos anos 70 e acelerando sua expansão nas décadas seguintes, as organizações associativas deparam-se com novidades qualitativas no modo como se organizam hoje. Contrariamente do que ocorria até bem pouco tempo, as formas de organização civil não mais são coibidas pelas fronteiras dos limites nacionais e territoriais. O caráter internacional e supranacional das novas organizações – a experiência associativa norte-americana parece estar mais próxima desse novo "padrão" – as distanciam das condições de algum Estado particular. Por outro lado, estas novas experiências associativas não se pautam mais pela divisão capital/trabalho, mas, ao contrário, apresentam um perfil marcadamente multissegmentário e atravessam as antigas ordenações sindicais que, em um momento anterior constituíam – davam a tonalidade – para a organização associativa não lucrativa.

Merece destaque a atenção que este livro dedica ao universo discursivo por onde opera o terceiro setor. Valores como gratidão, lealdade, comunidade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade etc revelam a vitalidade social dos símbolos morais, estéticos e religiosos que animam essas experiências. São poderosas moedas simbólicas que estão na base da contribuição voluntária das pessoas. "(...) a afirmação de valores, diz-nos o autor, fonte e fim das ação voluntárias, é a característica distintiva do terceiro setor". (25) Ainda neste contexto discursivo, é significativo pensarmos sobre a auto-representação negativa que o terceiro setor faz de si próprio: organizações *não* governamentais, *não* lucrativas. Essas definições apontam para a singular – e estreita – relação que o setor mantém com os "objetos" negados: falamos de um setor que visa o público, mas não se atrela ao Estado; que é animado por uma ação privada, mas que não almeja a obtenção de lucros. Essas considerações levam o autor a concluir que a intensidade e o tipo de questionamento feitos ao mercado e ao Estado pelo terceiro setor estão ancorados nos valores "mais profundamente sentidos em cada contexto". Mercado e Estado não são, portanto, independentes, nem tampouco regulados por uma lógica interna intocável.

Na problematização do perfil e características das experiências associativas apresentadas aqui, emerge, de modo quase inevitável, a pergunta que irá, de forma subjacente, orientar o desenvolvimento pos-

terior da argumentação de Fernandes: afinal, estamos falando de que tipo de terceiro setor?

A resposta a essa pergunta inicia-se pela discordância do autor com relação as classificações formais que restringem o terceiro setor às organizações estruturadas e, de algum modo, institucionalizadas.[1] Tais classificações, na verdade, nos revelariam apenas a ponta do *iceberg*, pois impossibilitam que se atinja a grande diversidade de experiências organizativas que, apesar de serem informais, não são temporárias e – mais importante ainda – agem efetivamente sobre a realidade a que se propõem. O autor reclama a noção, velha conhecida dos antropólogos, de *fato social total* para que consigamos perceber o que se esconde abaixo da linha-d'água.

Para entender a complicada conformação do quadro de organizações que compõem o terceiro setor hoje, o autor dirige sua atenção para as "palavras-chaves" que articularam os distintos momentos desse processo organizacional autônomo. O movimento que resultou na substituição dos termos "comunidade" e "movimentos sociais", marcantes da década de 70, pelos termos "cidadania" e "sociedade civil" nos anos 80 e, posteriormente, pelas expressões "sem fins lucrativos" e "não-governamental" nos últimos anos, é revelador das dinâmicas sociais que estamos interessados aqui.

As ditaduras militares do continente deram impulso ao chamado "trabalho comunitário" que, devido a dedicação especial que a repressão dirigia às altas esferas da política e das instituições sindicais, tornaram-se o único espaço possível para os proponentes de uma ação social transformadora. Salientando dimensões de atuação locais, pequenas e personalizadas, a "comunidade" apresentava a imagem de proximidade com a "base" e com a realidade que realmente importava ao cidadão comum. O modo de organização dessas comunidades deve muito à preparação feita pela Igreja Católica inspirada na Teologia da Libertação. As CEB's colocavam as pessoas em círculos, em posição de igualdade, e as estimulavam a falar e a discutir, através dos círculos bíblicos, a palavra de Deus. O deslocamento da idéia de comunidade para fora dos muros da Igreja tornava-se um risco fácil. Do mesmo modo que se deslocava a noção de "Povo de Deus" para simplesmente "povo", não se sabia, muitas vezes, se a "comunidade" se referia a CEB ou ao bairro. Atento a esse período, o autor comenta que a ênfase na participação igualitária e no trabalho comum de todos impediu que a ação da Igreja Católica gerasse lideranças carismáticas, como ocorre muito freqüentemente no interior das Igrejas Pentecostais.

Junto à comunidade, não devemos perder de vista o apelo simbólico que detinha o *movimento popular*. Apesar de não possuir uma estrutura verticalizada – o que o aproximava da comunidade – ele será responsável pela reatualização das expectativas da esquerda, e incorporará parte importante de sua retórica e de seu radicalismo quando das ditaduras militares. Durante a década de 80, entretanto, esse conjunto retórico perde sua força e o qualificativo "popular" abandona paulatinamente o cenário em detrimento de uma nova palavra-chave: os *movimentos sociais*. Atores sociais que não podem ser arregimentados pelos esquemas tradicionais de

1. Fernandes polemiza a caracterização que faz Salomon ("In Search of the Non-Profit Sector. I: The Question of Definitions", in *Voluntas* 3/2, Manchester University Press, Manchester, 1992) de tais organizações. Este define cinco critérios a partir dos quais uma organização poderia ser classificada como pertencente ao terceiro setor: 1) tais organizações devem ser estruturadas; 2) estar fora do Estado; 3) não devem visar o lucro; 4) devem ser autogovernadas; 5) devem envolver o esforço voluntário de seus participantes.

classe, e cuja presença atravessa toda a sociedade, serão responsáveis por parte desse desvio. Somemos a isso o fato de que o trabalho local colocava o circuito de ativistas sociais frente a uma gritante variedade de situações, cuja expressão os movimentos sociais irão assumir. Os problemas urbanos ocupavam lugar de grande destaque na agenda de tais movimentos. A multiplicidade de elementos constitutivos dessas agendas somava-se a multiplicidade de identidades que tais movimentos eram encarregados de afirmar. A noção de "povo" como qualificativo abstrato vai sendo preterida em favor de sujeitos concretos e claramente identificáveis, como o povo de determinada favela ou bairro. A expressão das chamadas identidades contrastivas eram sintomáticas desse esforço em apresentar a especificidade e singularidade dos vários sujeitos que não mais admitiam ser subsumidos numa categoria genérica qualquer. Mulheres, homossexuais, crianças, velhos, índios e outros participavam de uma dinâmica paradoxal onde, por um lado, reivindicava-se a igualdade de direitos e, por outro, lutava-se pelo reconhecimento de suas experiências singulares, através do resgate de elementos simbólicos que os personalizassem e distinguissem da massa da coletividade.

> Em suma, entre outras razões, falar de "movimentos sociais" tornou-se mais interessante porque mais abrangente. Não nega o "popular", mas o inclui e o ultrapassa. Não nega tampouco a luta de classes, mas desloca-a da posição central e estruturante que ocupava no pensamento anterior. Abre o discurso para essa variedade de temas e de dinâmicas com as quais se quer manter uma afinidade de relações, ainda que o seu somatório não seja claramente anunciado. O que se perde na visão de conjunto é compensado pela atualidade das palavras que ser quer valorizar. (64)

As organizações não-governamentais

A maior expressão daquilo que até aqui o autor chamou de "privado com funções públicas" ganha sua maior expressão nas organizações não-governamentais. Elas ocupam o maior espaço dentro do terceiro setor. Isso chega a ser paradoxal se pensarmos que os primeiros fundadores dessas organizações não pensavam em "ficar" por muito tempo no tipo específico de engajamento em que se encontravam. Eles não acreditavam que elas durassem por muito além da resolução dos problemas – que seriam conjunturais nesta concepção – pertinentes a seu campo respectivo de ação. O fim do autoritarismo, contudo, foi o bastante para convencê-los de que os problemas decorrentes da ausência do Estado em domínios fundamentais não seriam facilmente resolvidos. Um dos símbolos característicos desse novo momento é a conhecida figura do "projeto", forma textual coerente e pragmática para o qual pesquisadores e entidades tinham que "traduzir" seus temas e atuações. Nele, poder-se-ia avistar alguns fatores responsáveis pelo poder de atração que as ONG's exerciam sobre os ativistas, como o "gosto pelo pequeno" – essas organizações distanciavam-se muito do gigantismo e dos problemas das grandes burocracias estatais – e o fato de elas não possuírem um caráter representativo – excelente saída para quem não pode (e não quer) falar por terceiros, mas apenas por si próprios. Mesmo sem o saber, estes "ensaios" organizacionais levavam para o campo do trabalho social aquilo que se costumava chamar – com ojeriza, diga-se de passagem – de livre iniciativa.

A deficiência dos diretórios e a escassez de informações que atendam aos vários critérios de classificação tornam a constitui-

ção de um inventário preciso e fidedigno das ONG's do continente um trabalho difícil. A grande maioria das organizações, se nos atermos a data de fundação, surge na década de 70: 68% nascem depois de 1975, 17% entre 1950-1960, e apenas 15% no período anterior. Quanto a seu campo de atuação, Fernandes as classifica em dezessete categorias, utilizando critérios uniformes – o que, aliás, implica num malabarismo com dados que não constam nos diretórios originais utilizados como fonte. Começando pelas palavras-chave menos expressivas até chegar as mais representativas do circuito de tais organizações, ele nos mostra que temas relevantes no continente, como violência, drogas e criminalidade possuem uma recorrência mínima no repertório das organizações: menos de 1% do total. Negros e índios aparecem com mais destaque, apesar do tema da negritude surgir apenas no Brasil. Ainda no Brasil, se espanta o autor, um número surpreendente de ONG's dedica-se a questão indígena, apesar da reduzida presença dos índios na população total. Os números mais elevados estão com o tema da formação qualificada e assessoria, que respondem por 40,6%, e da educação, com 36%. As categorias mais citadas revela-nos que o sentido principal da ação de tais organizações poderia ser resumido no apoio a educação para o desenvolvimento, com ênfase na promoção social.

Se nos atermos a uma classificação desses grupos a partir dos beneficiários de sua ação, perceberemos que a resposta mais freqüente é a "comunidade", com mais de 32%. Trabalhar com a comunidade implica em três idéias fundamentais: 1) preocupação com o todo – já presente na "retórica" das esquerdas; 2) interações face-a-face – revelando a forte presença do contexto católico; 3) ênfase no local de moradia – sinal de emergência dos movimentos sociais urbanos. O *meio rural* é a referência mais freqüente no caso das ONG's voltadas para o mundo do trabalho; segundo o autor, este foi um campo fértil para as ONG's, pois, não havia a inibição dos sindicatos. Em seguida temos as organizações voltadas aos pobres e associações civis, como aquelas dedicadas ao apoio às associações de bairro.

Em termos continentais, a questão étnica é sub-representada; exceção do Brasil se pensarmos nos índios. Em países com significativa população indígena, as ONG's os agrupam sob a rubrica genérica de "trabalhadores rurais" ou "camponeses". Tais organizações, assim, fazem a mediação entre "comunidade" e "cidadania" por um viés moderno, onde as culturas tradicionais são vistas de um modo muito pouco positivo. Esse fato revela o quanto as ONG's lidam mal com as margens da sociedade.

> (...) As ONG's podem ser imaginadas como pequenos veículos que viajam sistematicamente entre os locais românticos das comunidades tradicionais e os esclarecidos escritórios da cidadania. (76)

As ONG's envolvidas em programas de cooperação internacional desempenham um papel importante na América Latina. A instabilidade dos movimentos sociais no continente levaram as agências de cooperação internacionais a procurarem parceiros locais que fossem capazes de suprir tal carência. Estes parceiros representavam o único caminho seguro para a efetivação dos planos de ação das agências, pois, possuíam personalidade jurídica, afinidades de objetivos e ofereciam, por menor que fosse, alguma garantia de estabilidade.

Uma observação atenta do perfil das diversas agências de cooperação financeira nos informa que a grande maioria origina-se de países com forte tradição protestante, como os Estados Unidos, Alemanha e Ho-

landa, onde o individualismo deve receber uma consideração especial.[2] O montante da ajuda de todas essas agências ao continente não deixa de ser surpreendente: entre as décadas de 70 e 90 os investimentos alcançam as cifras de 7,2 bilhões de dólares! Em outros termos, isso equivale a 13% do total líquido da ajuda oficial feita pelas administrações dos países industrializados aos nossos governos. Estes organismos de cooperação financeira mantém relações mais ou menos próximas com seus respectivos Estados, mas operam com relação a eles uma inversão em seus planos de investimentos. O que as preocupa mais diretamente não é a geopolítica ou a configuração militar dos países destinatários, mas, em termos gerais, fatores humanos; isso acarreta em que os investimentos não são feitos nos países que melhores oferecem garantia de retorno, e sim naqueles mais pobres.

> A cooperação internacional possui uma segmentação (de múltiplos níveis) que a torna coerente com o perfil (também segmentário) das ONG's beneficiárias da América Latina.

A sociedade civil

"Sociedade civil" é uma expressão que sai, no final dos anos 70, dos livros para se incorporar no vocabulário dos ativistas. Entretanto, da mesma forma que, anteriormente, a expressão "movimentos populares" foi sendo preterida por "movimentos sociais", o termo "sociedade civil" conhecerá um correlato de maior impacto: "cidadania". Na interpretação do autor, a presença da noção de sociedade civil enquanto categoria operativa das experiências organizativas autônomas e o gradativo desinteresse pela noção de movimentos sociais é sintomático da adoção de um horizonte universalista, que erige uma auto-representação dessas experiências como estando centradas na idéia de que se faz parte de um conjunto maior.

A oposição entre esfera civil e militar sugerida na noção de sociedade civil, reflete a importância, para o conjunto de militantes e ativistas, dos processos de democratização do continente. A imagem do "cidadão" passa a ser muito difundida pela realização do rito eleitoral, e a partir de então as organizações devem aprender a falar para o indivíduo. No instante em que o indivíduo-cidadão ocupa o lugar privilegiado que antes era reservado às comunidades, torna-se imprescindível para os agentes do terceiro setor habilitarem-se em instrumentos capazes de atingir os indivíduos num número em que estes se tornem significativos, e os meios de comunicação de massa talvez sejam os mais expressivos de todos eles.

Para Fernandes, as noções de "sociedade civil" e "cidadania" são essenciais para que as ONG's consigam ultrapassar o estreito horizonte das relações exclusivas com associações do tipo reivindicatório. É a partir dessas novas categorias que o terceiro setor abre sua atuação para uma variedade de associações voluntárias – dedicadas às artes, esporte, beneficência, representação etc –, internalizando procedimentos e expedientes das formas democráticas de governo, e se fazem expressivas nos principais centros urbanos latino-americanos. A parceria de ONG's com associações esportivas em projetos pedagógicos voltados ao trabalho com meninos de rua e juventude marginalizada ilustra essa nova fase.

2. Discutiremos mais a frente o papel que esse individualismo, em contraposição à tradição católica, ocupa quando da mobilização voluntária dos indivíduos em ações de caridade.

O aumento da miséria e a crise das instituições na América Latina tem promovido aliança de setores que entendiam-se, antes, como antagônicos. O fim de diversos impedimentos ideológicos do passado e a crescente cooperação e esforço comum entre esses grupos seriam, na avaliação deveras otimista que realiza o autor, sinais de pertencimento a uma cultura democrática. Paradoxalmente, todavia, vemos que tal conjugação de esforços inspira-se no desmantelamento das instituições do 1º setor, as instituições públicas. Considerando-se que, no argumento do livro, um Estado democrático solidamente estruturado é imprescindível para se construir uma sociedade civil, esse desmantelamento coloca problemas fundamentais para o terceiro setor.

> Não há autonomia cidadã que se mantenha sem o bom funcionamento dos sistemas de segurança e de justiça; não há como manter aceso o desejo de participação sem a crença nas instituições das quais se é convidado a participar. (...) Em suma, a conquista da autonomia civil passa pela afirmação do pertencimento (e, portanto, da dependência) a uma sociedade legal, regida por normas e valores democráticos. O sentido da crítica aos modelos estatizantes da coisa pública não se completa enquanto não se recuperar o valor positivo do Estado e das suas funções. (95)

A generalização da noção de cidadania, ao que tudo indica, tem contribuído para reverter o modo como as fundações privadas e a cultura empresarial se relacionam com o terceiro setor. A preocupação com a filantropia ou com a caridade, segundo o autor, não fazem parte da cultura empresarial latino-americana. Na tradição católica, o tema da caridade aparece como um compromisso irrevogável para o clero, mas secundário e acessório para os leigos que, eventualmente, contribuem com dinheiro ou alguma forma de serviço. Na tradição protestante, temos a presença do "sacerdócio universal", que estende as obrigações da renúncia a toda a congregação. Isso explicaria porque a filantropia empresarial se desenvolve na América do Norte e não aqui, onde Igreja e Estado teriam tradicionalmente assumido tais tarefas, desobrigando os negociantes de qualquer obrigação. Hoje, contudo, assiste-se ao surgimento de fundações e instituições diversas preocupadas com a filantropia social das empresas, através da canalização de recursos e da promoção de uma nova mentalidade empresarial. Fazendo uma análise de experiências no México e Brasil, o autor conclui que algumas empresas tem começado a adquirir consciência de que elas também são cidadãs e devem se preocupar com o que se passa ao redor de si próprias. Talvez, o otimismo dessa avaliação nos impeça de enxergar o papel que a promoção da auto-imagem das empresas, por meio de um marketing não convencional, ocupa nessas ações "desinteressadas". Isso, porém, não impede que Fernandes faça questões pertinentes sobre a responsabilidade social dessas empresas. Estas ações filantrópicas tem colocado questões em torno de suas identidades? Tem imprimido mudanças no universo das relações e confronto entre capital e trabalho?

E o que há embaixo da linha-d'água?

Ao sairmos do ponto onde se avista apenas a ponta do *iceberg* – organizações estruturadas, muitas vezes com caráter formal – nos defrontamos com outras dinâmicas que, mesmo exercendo um importante papel na prestação de serviços sem fins lucrativos, não são associadas a luta cidadã por grande parte dos circuitos "esclarecidos" do terceiro setor.

A partir daqui, ponto alto da argumentação do livro, passaremos em revista a formas tradicionais de ajuda mútua que não podem ter sua atuação desprezada em campos como, por exemplo, a saúde. Nas sessões de cura, contrariamente do que ocorre com a biomedicina e suas clínicas oficiais, os sintomas do paciente não são isolados de outras dimensões de sua vida. Males do amor, tensão no trabalho e outros são problemas relevantes a serem considerados por tais práticas. Afinal, "(...) bons curandeiros são notáveis especialistas nos dramas humanos em sua escala interpessoal e cotidiana". (110) O sucesso desses serviços tradicionais de cura[3] sugere que a superação da doença requer mais do que uma regulação meramente técnica; ela exige também uma regulação simbólica. O vertiginoso crescimento dos centros medicinais dos mais variados tipos que trabalham no campo do aconselhamento espiritual atesta essa afirmação. Operam como focos de intensa sociabilidade, e neles se fornecem respostas para múltiplas carências humanas; seriam verdadeiros formadores de percepções e mentalidades.

Nesse campo em particular – o da saúde – não deveríamos salientar, defende o autor, a eficácia dos resultados como critério exclusivo de legitimidade para tais práticas, mas, fundamentalmente, o tipo de sociabilidade que ela veicula. A dádiva e a reciprocidade ocupam um espaço significativo nesses ritos e prescrições que dirigem seu foco de atenção, sobretudo, aos vínculos e relações que as pessoas mantém entre si. Estes agentes rituais, no próprio modo como trabalham, reanimariam os laços de dependência mútua entre as pessoas. (115) Criticando as interpretações "modernizantes" que inspiram muitas agências de desenvolvimento, o autor salienta a vitalidade dos simbolismos tradicionais.

> (...) existe um campo possível de interações positivas entre o sacerdócio das religiões tradicionais e as iniciativas de sentido público próprias a sociedade civil. Apesar das diferenças lógicas e institucionais, ambos enfrentam o desafio de contrapor-se às tendências desagregadoras do egoísmo extremado. (116)

Privado Porém Público não se furta a discutir o tema da caridade, vista por muitos como mera manutenção da estrutura social vigente ou apenas como paliativo para problemas cuja resolução estaria numa outra ordem. Remetendo-se a Mauss, Fernandes afirma que a caridade judaico-cristã introduz uma nova perspectiva para a noção de reciprocidade que não estava presente nos grupos estudados por ele. Trata-se de uma orientação da caridade para os pobres, introduzindo, assim, o tema da desigualdade social que, junto com a pobreza, seria afirmado como um problema de ordem moral.

> Para além do que fazem de concreto (que como se viu, é muito), as obras de caridade não nos deixam ignorar a miséria alheia. Entre as muitas interpretações possíveis sobre a miséria humana, a caridade puxa o fio do inconformismo moral e não o solta. É pouco talvez, posto que vago e elementar; mas é possível também que seja o principal: um princípio, um fio apenas puxado, livre ainda e sempre, enquanto disposição moral, para a tessitura de outros desenhos." (121)

A argumentação apresentada até aqui, de certa forma, está preocupada em mostrar que a sociedade civil é apenas a ponta do *iceberg* e que abaixo da linha-d'água que a divide da parte submersa – incomparavelmente maior – há um espaço onde ela não alcança, onde a marca da exclusão paira sobre todos, e onde não se fala sequer em direitos civis. Ao discutir o futuro do tercei-

3. O autor utiliza-se de pesquisa do Dr. Finkler em torno do sistema de classificação médica denominado Cornel Medical Index Health Questionnaire (CMI).

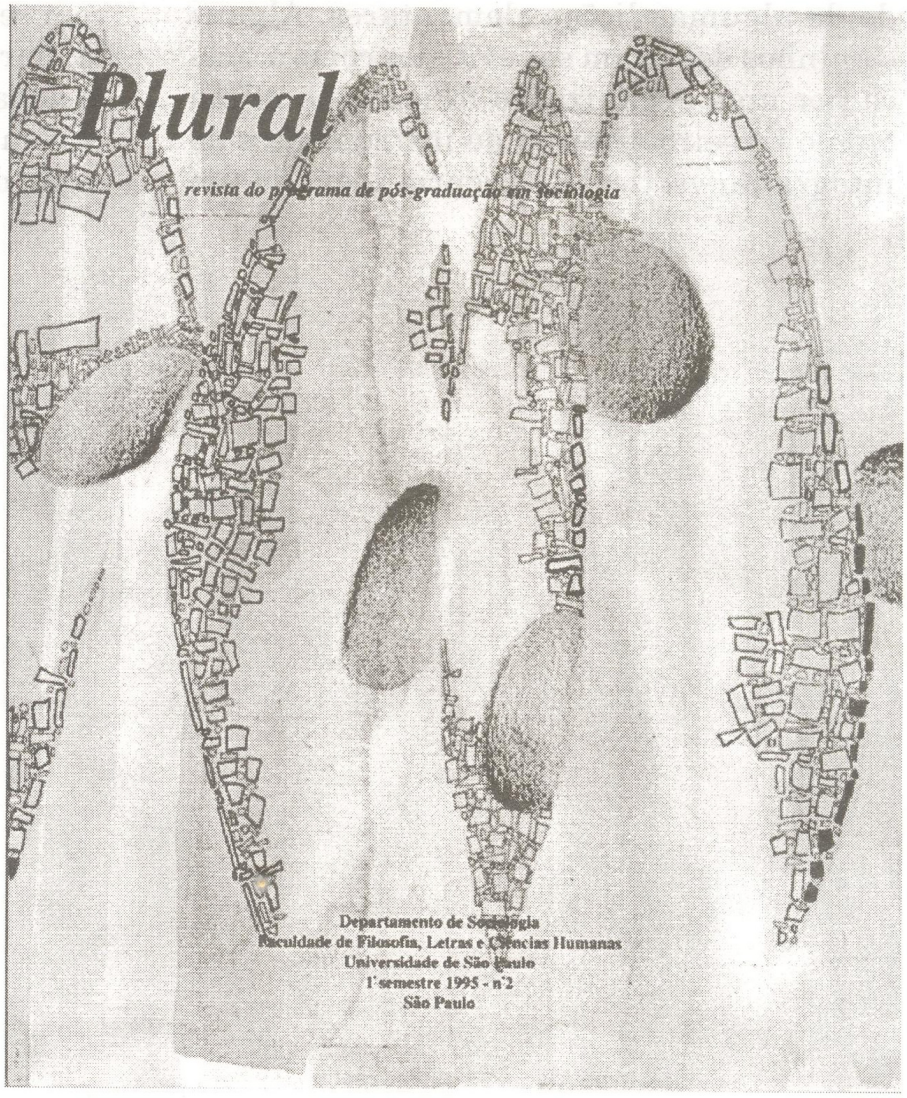
ro setor e as interações que os seus agentes poderão estabelecer, o autor procura alertar para as armadilhas que envolvem a noção de cidadania hoje. Ela carece de densidade, encontrando profundidade apenas na reflexão de intelectuais e setores organizados da militância social. Ao aparecer em contextos sociais de exclusão e autoritarismo, a palavra cidadania corre o risco de tornar-se mero artifício retórico.

O caminho percorrido até aqui pelo terceiro setor é o bastante para o aprendizado de algumas lições elementares. Alguns caminhos deveriam ser evitados como a busca por uma organização formal que reúna todo o terceiro setor ou de instrumentos de integração vertical. A própria idéia de um projeto comum e global carece de sustentação e tem-se a crescente consciência de que as agendas devem ser seletivas. O setor deveria evitar ainda noções de uma substância comum, como *povo* ou *nação*, que são pouco interessantes para experiências marcadas pela diversidade em vários níveis.

Como vemos, os obstáculos e as armadilhas a serem evitados não são poucos e a experiência das ONG's na América Latina nos apresentam fatos preocupantes como – já o discutimos – o desdém que elas mantém com relação à formas de solidariedade social marcadas pela informalidade ou pelo tradicionalismo, ou, ainda, frente a valores não ocidentais, ou que não se acomodam sob o signo da modernidade.

Leia Plural nº 2

revista do programa de pós-graduação em sociologia da USP



Informações:
Departamento de Sociologia, FFLCH-USP.
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
CEP 05508-900
São Paulo – SP, Brasil